NÍVEIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS

Antonia Naiane Bento Mesquita[1]
Maria Graciana Da Silva Felipe[2]
Bárbara Elen Santos Stedile[3]
Beatriz Maria De Vasconcelos Costa[4]
Leidiane Minervina Moraes De Sabino [5]

RESUMO

A Segurança Alimentar e Nutricional se refere ao acesso das pessoas a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável, sendo oportuno conhecer os níveis desse valor na população, para em seguida ocorrer a realização de intervenções que estimulem a utilização de alimentos regionais para garantir o acesso aos alimentos, e, consequentemente, melhorem os níveis de segurança alimentar e nutricional da população. Objetivou-se avaliar os níveis de segurança alimentar e nutricional em famílias com crianças menos de cinco anos. Trata-se de um de uma pesquisa transversal, realizada com familiares de crianças menores de cinco anos. A coleta de dados ocorreu em unidades básicas de saúde (UBS) e escolas/creches infantis de Acarape/CE e Redenção/CE no período de janeiro a maio de 2023, através da aplicação de questionários sobre: perfil sociodemográfico, condição de saúde da criança, mudanças econômicas decorrentes da pandemia e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Ao final dessa etapa, os dados foram digitados no Microsoft Excel 2010 e analisados no programa Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS Statistics), versão 20.0. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Participaram 87 mães de crianças menores de cinco anos. Dentre os domicílios avaliados 65,5% se encontrava em contexto de insegurança alimentar. Destas, maior número estava em insegurança alimentar leve (n=43; 49,4%); seguido por moderada (n=11; 12,6%) e grave (n=3; 3,4%). Conclui-se que a maioria dos domicílios com crianças menores de cinco anos vivem em domicílios com Insegurança Alimentar e Nutricional, sendo uma situação preocupante, por se tratar de um grupo vulnerável, em que o consumo insuficiente de nutrientes pode acarretar sérios problemas de saúde.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; fatores socioeconômicos; saúde da criança.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Instituto de Ciências da Saúde , Discente, naianemesquita250@gmail.com[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Instituto de Ciências da Saúde , Discente, gracianafelipe@gmail.com[2]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Instituto de Ciências da Saúde , Discente, barbarastedile@aluno.unilab.edu.br[3]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Instituto de Ciências da Saúde , Discente, bizinha@hotmail.com[4]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Instituto de Ciências da Saúde , Docente, leidiane.sabino@unilab.edu.br[5]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

O período que compreende desde a gestação até os dois primeiros anos de vida é considerado crítico para promoção e desenvolvimento do indivíduo, devida à intensa multiplicação celular, sendo essencial uma nutrição adequada nos primeiros anos de vida da criança, para que ocorra o desenvolvimento completo e adequado, contribuindo para que a criança se torne um indivíduo saudável futuramente (BRASIL, 2021).

Diante disso, reforça-se que nos primeiros seis meses de vida o alimento ideal é o aleitamento materno. Após seis meses de aleitamento materno exclusivo o lactente poder começar a introdução alimentar, sendo um momento crucial para a inserção e o desenvolvimento de bons hábitos alimentares. Por isso, é fundamental que os familiares ofereçam alimentos saudáveis e variados (BRASIL, 2021).

Dessa forma, é importante que a população possua o conhecimento adequado de quais alimentos são mais nutritivos, bem como saibam como utilizar os grupos alimentares adequadamente em sua dieta, garantindo, assim, uma alimentação variada e nutritiva a todos os membros da família, em especial ás crianças. Assim, os alimentos regionais podem ser uma forma de garantir uma alimentação adequada para as famílias com um custo menos elevado (BRASIL, 2015). Nesse contexto, é importante destacar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, que se refere ao acesso das pessoas a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável (AGUIAR, 2021).

Pesquisa realizada com famílias de área rural do extremo sul do Brasil, evidenciou que dos domicílios entrevistados 44% dos que apresentaram algum grau de insegurança alimentar eram compostos principalmente por crianças menores de cinco anos, mulheres em idade fértil e idosos (MAAS et al., 2020).Frente ao exposto, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar os níveis de segurança alimentar e nutricional em famílias com crianças menos de cinco anos.

METODOLOGIA

O método utilizado para a realização da pesquisa se deu mediante uma pesquisa transversal. A pesquisa foi realizada em unidades básicas de saúde (UBS) e escolas/creches infantis de Acarape/CE e Redenção/CE no período de janeiro a maio de 2023. A população do estudo foi composta por mães/responsáveis de crianças menores de cinco anos, sendo selecionadas por conveniência, durante o período de coleta de dados. Foram excluídas mães/responsáveis que não tiverem meio de comunicação para o contato, problemas cognitivos ou mentais.

Primeiramente, para a coleta de dados, a participante foi abordada por conveniência, individualmente, nas entradas ou saídas da creche ou UBS, com a apresentação da pesquisa, sobre o que ela tratava e feito o convite para participar da mesma, após isso foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para conceder os dados de forma ética e legal.

Após aceitação em participar, foram aplicados instrumentos como: Questionário do perfil sociodemográfico e das condições de saúde da criança e a Escala Brasileira de Segurança Alimentar – EBIA, sendo composta por 15 perguntas que investigam aspectos relacionados à alimentação da família e das crianças/adolescentes nos últimos três meses, permitindo avaliar a realidade de cada domicílio quanto ao acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequada, refletindo nos níveis de segurança alimentar da família.

ISSN: 2447-6161

Os dados obtidos com a coleta de dados foram digitalizados no Excel 2010 e analisados no programa Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS Statistics), versão 20.0, sendo utilizados os testes estatísticos necessários para realizar análise proposta. Os níveis de segurança alimentar e nutricional de domicílios com pessoas menores de 18 anos de idade foram analisados conforme indicado na literatura, sendo avaliada a quantidade de respostas positivas as 15 perguntas da EBIA.

A EBIA identifica e classifica a (in)segurança alimentar em quatro níveis: 1) Segurança alimentar – nenhuma resposta afirmativa; 2) Insegurança alimentar leve - uma a cinco respostas afirmativas; 3) Insegurança alimentar moderada - seis a 10 respostas afirmativas; 4) Insegurança alimentar grave – 11 a 15 respostas afirmativas. (SOUZA, 2012) Ressalta-se que as opções positivas da escala indicam que a família apresenta características de insegurança alimentar no cotidiano, ou seja, quanto mais respostas "sim", maior a gravidade de insegurança alimentar da família. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, pelo parecer N° 5.792.199.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa foi constituída por 87 famílias que tinham crianças menores de cinco anos de idade residindo no mesmo domicílio. Nos dados relacionados à caracterização sociodemográfica, a maioria das participantes se situavam na faixa etária entre 18 e 29 anos (n=46; 52,9%); nacionalidade brasileira (n=83; 95,4%); escolaridade de segundo grau completo e incompleto (n=46; 52,9%); viviam com companheiro(a) (n=60; 69,0%), ou seja, eram casado (as) ou estavam em união estável; prevaleceu a ocupação de dona de casa (n=46; 52,9%); a maioria das participantes afirmaram que até quatro pessoas residiam na residência (69; 79,3%) e possuíam renda maior que um salário mínimo mensalmente (n=32; 36,8%).

No presente estudo, observou-se que a renda mensal maior que um salário mínimo obteve maior número de respostas afirmativas, apesar do grande percentual (33,3%) de pessoas que viviam mensalmente com renda inferior a um salário mínimo. A insegurança alimentar está diretamente relacionada ao nível da renda das famílias brasileiras, já que o baixo rendimento impossibilita a compra de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente (ROCHA et al., 2018).

Além disso, a maioria das participantes apresentaram escolaridade de segundo grau completo e incompleto, sendo que o nível educacional influência na inserção no mercado de trabalho formal e consequentemente na renda familiar. Por conseguinte, a baixa escolaridade da pessoa de referência do domicílio contribui para a situação de insegurança alimentar (HOFFMANN, 2013). Ademais, o nível de escolaridade da mãe influencia nos cuidados maternos, tendo grande importância na saúde da criança (MARTINS; HAACK, 2012)

No que diz respeito aos aspectos alimentares da criança, a maioria das participantes relataram que a alimentação da criança é semelhante à da família (n=51; 58,6%); e a maior parte das entrevistadas afirmaram já ter recebido alguma informação sobre a importância da alimentação adequada para a criança (n=56; 64,4%). Identificou-se que a maioria das participantes afirmou já ter recebido alguma informação sobre a importância da alimentação adequada na infância. Aspecto relevante, visto que o estilo alimentar da família define os alimentos que a criança consome, ademais o ambiente familiar tem grande influência no desenvolvimento alimentar da criança, influenciando diretamente na saúde da mesma (DANTAS; SILVA, 2019).

Através da distribuição das respostas dos participadores do estudo a cada item da EBIA. Observou-se que a

ISSN: 2447-6161

pergunta expressa no item 1, que questionava se nos últimos 3 meses a entrevistada teve preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar ou receber mais comida, obteve maior proporção de respostas afirmativas (n=45; 51,7%); a questão do item 3 expôs que nos últimos 3 meses 34,5% (n=30) afirma que ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada. Destaca-se também a questão do item 4, o qual 46,0% (n=40) afirma que nos últimos 3 meses teve que se arranjar com apenas alguns alimentos porque o dinheiro acabou.

Para a Classificação da (in)segurança alimentar, verificou-se, neste estudo, que 34,5% das participantes do estudo encontravam-se em situação de segurança alimentar, no entanto, 65,5%, maioria, se encontrava em contexto de insegurança alimentar. Destas, maior número estava em insegurança alimentar leve (n=43; 49,4%); seguido por moderada (n=11; 12,6%) e grave (n=3; 3,4%), conforme destacado na tabela 1.

Tabela 1 - Classificação quanto ao nível de (in)segurança alimentar dos participantes da pesquisa. Acarape/CE e Redenção/CE, 2023.

Ao analisar a prevalência de insegurança alimentar na amostra da vigente pesquisa, verificou-se que 65,5% das famílias entrevistadas encontravam-se em insegurança alimentar, assemelhando-se com estudo que evidenciou a situação alimentar de famílias com crianças menores de cinco anos do município de Campina Grande, com 69,2% de insegurança alimenta (PEDRAZA, 2015) e estudo, também realizado com famílias com crinas menores de cinco anos, que analisou a insegurança alimentar nos lares sob cobertura da Estratégia Saúde da Família, que constatou 54,3% de insegurança alimentar (BERLT, 2007).

CONCLUSÕES

A alimentação adequada é um dos aspectos mais importantes para a manutenção da qualidade de vida e saúde, no entanto, como evidenciado no presente estudo são muitas as famílias que não possuem acesso a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, interferindo negativamente na qualidade de vida dessas pessoas.

Dessa forma, são fundamentais estudos específicos para compreender e buscar possíveis soluções para tal questão, já que é evidente que a insegurança alimentar e nutricional é um problema de saúde pública que deve ser olhado com mais atenção por gestores e profissionais da saúde que devem compreender e implementar estratégias que visam contribuir na redução e erradicação da insegurança alimentar.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi fomentada por recursos da instituição. Sendo desenvolvida através da concessão de bolsa no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), por meio do edital Proppg 02/2022 – unificado.

ISSN: 2447-6161

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I. W. O. Fatores associados à insegurança alimentar domiciliar em uma coorte de mulheres residentes em áreas vulneráveis a arboviroses de Fortaleza-CE. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

BERLT, F.M.G; WICHMANN, F.M.A. Insegurança Alimentar nas famílias sob cobertura da Estratégia Saúde da Família. Cinergis, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionias brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sociedade Beneficente Israelita Albert Einstein. Nota técnica para organização dea rede de Atenção à Saúde com foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção ambulatorial especializada. Brasília, 2021.

DANTAS, R. R.; SILVA, G. A. P. O papel do ambiente obesogênico e dos estilos de vida parentais no comportamento alimentar infantil. Revista Paulista de Pediatria, v. 37, p. 363-371, 2019.

HOFFMANN, Rodolfo. Brasil, 2013: mais segurança alimentar. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 21, n. 2, p. 422-436, 2014.

HULLEY, S. B. et al. Delineando a Pesquisa Clínica. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MAAS, N. M. et al. Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil. Saúde Coletiva, v. 25, p. 2605-2614, 2020.

MARTINS, M.C.; VERAS, J.E.G.L.F.; UCHOA, J.L.; PINHEIRO, P.N.C.; VIEIRA, N.F.C.; XIMENES, L.B. Segurança alimentar e uso de alimentos regionais: validação de um álbum seriado. Rev Esc Enferm USP, v. 46, n. 6, p. 1354-61, 2012.

MARTINS, M.L; HAACK, A. Conhecimentos maternos: influência na introdução da alimentação complementar. Comunicação em Ciências Saúde, Brasília, v. 23, n. 3, p. 263-270, 2012.

OLIVEIRA, W. A. et al. A Saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 8, p. 1-14, 2020.

PEDRAZA, D.F; GAMA, J.S.F.A. Segurança Alimentar e Nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos do município de Campina Grande, Paraíba. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 18, p. 906-917, 2015.

POLIT, D. F.; CHERYL TATANO BECK. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem. [s.l.] Artmed Editora, 2018.

ROCHA, N.P.; SZARFARC, S.C.; LIRA, P.I.C.; SEQUEIRA, L.A.S.; FROTA, M.T.B.A. Condição de (In)Segurança Alimentar e fatores associados de famílias com crianças menores de cinco anos de idade do Estado do Maranhão. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 25, n. 3, p. 71-80, 2018.

ISSN: 2447-6161

SOUZA, M. M. DE; PEDRAZA, D. F.; MENEZES, T. N. DE. Estado nutricional de crianças assistidas em creches e situação de (in)segurança alimentar de suas famílias. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 12, p. 3425–3436, 2012.

ISSN: 2447-6161